

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 939.921 - SP  
(2016/0162984-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : PLASUTIL-INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA**  
**ADVOGADOS : MAGALI RIBEIRO COLLEGA - SP118408**  
**ANNA CRISTINA BORTOLOTO SOARES - SP141708**  
**LUCIANA VIDALI BALIEIRO E OUTRO(S) - SP161838**  
**AGRAVADO : RAMPLASTIC REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - ME**  
**EM RECUPERACAO JUDICIAL**  
**ADVOGADO : WALTER GONÇALVES JÚNIOR E OUTRO(S) - SP271324**

### **DECISÃO**

Em face das razões de fls. 611/617, reconsidero a decisão agravada e procedo a nova análise dos autos.

Com efeito, ficou comprovado que o recurso especial continha a assinatura da procuradora da recorrente. Conforme certidão de fl. 634 (e-STJ), o Tribunal de origem enviou a cópia digitalizada da última página do recurso, que por equívoco não imputável à parte não constava da primeira remessa dos autos eletrônicos.

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

MODELO DE UTILIDADE. Sentença que vai de encontro com o laudo pericial elaborado nos autos. Magistrada que forma seu convencimento com base em outras provas acostadas aos autos. Inteligência do art. 436 do CPC. Autora que detém registro no INPI do modelo de utilidade "banheira infantil", entretanto, sem o requisito da novidade. Ficou comprovado nos autos que a "disposição construtiva em banheira" patenteada pela autora, na verdade, já tinha sido objeto de anterior patente japonesa e já encontrava em fase de conhecimento do estado de técnica. Documento emitido pelo próprio INPI. Direito de exclusividade que não deve ser observado. Não é possível, nem sequer razoável, que goze da exclusividade que é garantida apenas quando reunidos todos os requisitos necessários para expedição de uma patente, dentre eles a novidade. O Direito não pode acobertar tampouco prejudicar terceiros, em razão, de uma situação que é legítima apenas formalmente e que ainda será submetida à instância superior da esfera administrativa. Não houve declaração incidente de nulidade de patente. Alegação de violação da Lei 9279/96 e do artigo 109, I, da CF que não prospera. Não

houve contrafação e, portanto, não há se falar em dever de indenizar e, consequentemente, em violação do art. 209 da LPI. Afastada alegação de que a sentença é nula por ausência de fundamentação. A sentença foi clara ao expor seu entendimento sobre o tema mesmo que não tenha atendido às expectativas da autora. Recurso não provido.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 42, 209, 333, 458, II, do Código de Processo Civil de 1973.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Assim posta a questão, observo que o acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Afasto, pois, a alegada violação do art. 458 do CPC.

O recurso não poderia ser acolhido sem reexame de prova. A agravante afirma ter comprovado o direito ao uso exclusivo de modelo de utilidade. A respeito dessa premissa fática, porém, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ fl. 506):

Muito embora o laudo pericial tenha atestado que não existam diferenças substanciais entre os objetos analisados agiu com acerto a magistrada sentenciante ao julgar improcedente a demanda. Isso, porque, para que seja exercido o direito de exclusividade deve haver concomitantemente o requisito da novidade e este não se mostra presente no caso dos autos. Realmente a autora possui registro do modelo de utilidade expedido pelo INPI, mas não se pode desprezar, de forma alguma, o que está estampado às fls. 163/164 em documento elaborado pelo próprio INPI que aduz: A patente MU 7400230-9 não continha novidade em relação ao documento citado

# *Superior Tribunal de Justiça*

com o de conhecimento do estado da técnica, na época de seu depósito, uma vez que não há diferenças entre o objeto da presente patente e a referida anterioridade JPN 6-5587. Tal se deve ao fato, comprovado nos autos, de que a disposição construtiva em banheira patenteada pela autora, na verdade, já existia pela patente japonesa supramencionada e já encontrava em fase de conhecimento do estado da técnica.

Não há como afastar essas conclusões em recurso especial, consoante dispõe a Súmula 7 do STJ.

O dissídio jurisprudencial não ficou caracterizado, pois não destacadas as circunstâncias que assemelhassem os casos confrontados, o que, diante da incidência do enunciado citado, seria mesmo inviável.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora